

## VARNHAGEN, JOÃO LISBOA E A ESCRITA HISTÓRICA ENTRE VIAGENS & ANOTAÇÕES

## VARNHAGEN, JOÃO LISBOA AND HISTORICAL WRITING BETWEEN TRAVELS & NOTES

ANA PRISCILA DE SOUSA SÁ<sup>1</sup>

### RESUMO

O artigo tratou de aspectos da operação historiográfica de Francisco Adolfo de Varnhagen e João Francisco Lisboa como o papel das viagens na escrita da história no Brasil do século XIX. A partir de correspondências e da obra historiográfica dos dois autores, é possível observar que o ato de viajar estava imbricado na própria possibilidade de se escrever história, pois permitia o conhecimento de espaços, arquivos, fazer anotações in loco e, com isso, a resolução de lacunas existentes no amplo conhecimento do território nacional e sua gente, e da história do país. Na produção de Varnhagen, a importância das viagens era evidente. Atuando como diplomata, seu trabalho como historiador foi facilitado pelo acesso aos arquivos e bibliotecas de vários países, fato atestado em comentários em cartas e em sua principal obra, a *História geral do Brasil* (1854-1857). Já em João Lisboa, ela aparece principalmente em seus últimos anos de vida, quando assumiu o posto de pesquisador oficial do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em Portugal, podendo visitar outros países da Europa em busca de documentos relativos à história do Brasil. Assim, o “ver” aqui funcionava também como condição de “saber”.

**Palavras-chave:** Varnhagen. Lisboa. Viagens. Escrita da história.

### ABSTRACT

The article addressed aspects of the historiographical work of Francisco Adolfo de Varnhagen and João Francisco Lisboa, such as the role of travel in the writing of history in 19th-century Brazil. Based on correspondence and the historiographical work of the two authors, it is possible to observe that the act of traveling was intertwined with the very possibility of writing history, as it allowed for the knowledge of spaces and archives, the making of notes in situ, and, with this, the filling of gaps in the broad knowledge of the national territory and its people, and of the history of the country. In Varnhagen's production, the importance of travel was evident. Acting as a diplomat, his work as a historian

---

<sup>1</sup> Doutora em História pela Universidade Federal do Maranhão. E-mail da autora: priscilareds@hotmail.com

was facilitated by access to archives and libraries in several countries, a fact attested to in comments in letters and in his main work, the *História Geral do Brasil* (1854-1857). In João Lisboa, it appears mainly in his last years of life, when he assumed the position of official researcher at the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) in Portugal, being able to visit other European countries in search of documents related to the history of Brazil. Thus, “seeing” here also functioned as a condition of “knowing”.

**Keywords:** Varnhagen. Lisboa. Travel. Writing history.

## INTRODUÇÃO

Após viagem pelo interior da Província de São Paulo no final de 1840, de volta a Portugal o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen publicou um artigo intitulado *A picada do mato virgem: fragmentos de uma viagem pelo sertão* (1841) na Revista O Panorama, de Lisboa. O relato pode ser destacado como um ponto de virada no modo como o jovem recém-nomeado pesquisador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) naquele país enxergava os indígenas do Brasil, visão ainda muito embalada pela Carta de Pero Vaz de Caminha que, entre janeiro e março do ano anterior, havia tornado fonte para romancear a viagem e desembarque dos portugueses em terras tupiniquins na *Crônica do descobrimento do Brasil* (1840), também editada naquela revista. A inocência dos indígenas descrita pelo escrivão de Pedro Álvares Cabral deu lugar a uma postura detratória dos mesmos após a experiência de caminhar pelas estradas do interior da província natal. A partir daí a abordagem de Varnhagen sobre esta temática mudou, mas por ora basta atentar para o que o levou a repensar esse ponto e marcou toda sua obra posterior.

## 1. VIAGENS & ESCRITA DA HISTÓRIA

A experiência da viagem era importante para a pesquisa histórica, estava “intimamente ligada à experiência escriturária. Viajar é criar as condições para escrever” (NICOLAZZI, 2008, p. 255). Não por acaso o Instituto organizou expedições por várias províncias, pondo-as a serviço de uma etapa da metodologia científica. Como sugerido por Souza Pontes, além de recurso para coligir documentos, as viagens também ajudavam a reparar erros/contradições

de mapas ou relatos de viajantes: “Alguma vez sucede que se não possa ajuizar da sua maior ou menor exatidão, sem exame e conhecimento dos lugares em que passaram as cenas relatadas, ou sem determinar, segundo os princípios da ciência, a posição geográfica desses mesmos lugares” (PONTES, 1841, p. 151). Ao corrigir ou fornecer informações complementares às presentes nos documentos, o “ter estado lá” correspondia ao prescrito também por von Martius para uma correta escrita sobre as diferentes partes do Brasil – o conhecer e o reconhecer a si mesmo na narrativa como forma de inclusão das províncias no plano da história nacional – por isso era:

Indispensável que o historiador tivesse visto esses países (as províncias), que tivesse penetrado com os seus próprios olhos as particularidades da sua natureza e população. Só assim poderá ser apto para avaliar devidamente todos os acontecimentos históricos que tiveram lugar em qualquer das partes do Império, explicá-los pela particularidade do solo que o homem habita; e colocá-los em um verdadeiro nexos pragmático para com os acontecimentos na vizinhança. (MARTIUS, 1845, p. 400)

A resolução das lacunas existentes no amplo conhecimento do território nacional e sua gente seria possível pela habilidade do historiador-viajante de “ver” a história *com os seus próprios olhos*. Conhecido pelo constante deslocamento de um arquivo a outro, um país a outro, o itinerário anunciado por Varnhagen em carta ao Imperador é ilustrativo a este respeito:

Me dirigi a Paris a tratar da publicação da História Geral.

Em Paris parei só o tempo necessário para me entender com os artistas, e de novo serviu de muito a intervenção do benemérito do Brasil Ferdinand Denis [...].

Estando em França não pude resistir, por diferença de horas, à tentação de visitar a Holanda, e cada vez bendigo mais o momento em que tal tentação tive. Não posso explicar a V. M. quanto aí adquiri, assim nos arquivos, guiado pelo Dr. Silva, como nos livreiros em folhetos antigos sobre o Brasil, cartas geográficas, conhecimento mais individual dos chefes holandeses de Pernambuco, etc. Várias seções (de 18a. a 22a.) da *História Geral* darão disso prova manifesta. Na Holanda não deixei de parar em Rotterdam, Amsterdam, Leyde, Delft, Utrecht, campo de Zeist (onde estive com o Sr. Netscher), Harlem e Nimégue.

Devendo voltar da Holanda a Barcelona, para não retroceder quase pelo mesmo caminho, tinha sempre que fazer

volta. Resolvi pois dá-la, ainda em favor da obra que está quase a passar ao domínio público. – Quis ir a Dresde consultar o célebre folheto *Zeitung ausz Presillg Landt*, que cita Humboldt, e que eu depois de o estudar não duvido divergir da opinião deste sábio, e atribuí-lo ao ano de 1508, como melhor explicarei em uma nota. Passei antes pelo Hannover e Berlim, estive em Potsdam, fui a Praga e Viena, subi o Danúbio, Ischel, Salzburgo, Munich, Constança, Schasshann, Guvich, Berne, Genebra, Lyon, Avignon, Montpellier, Perpignan e Barcelona. Tudo isto rapidamente, já se vê, e só à força de atividade, e de considerar o viajar e o tempo, uma espécie de obrigação. (VARNHAGEN, 1961, p. 209-210)

Compreendendo como os românticos da primeira metade do século XIX que as viagens eram instrumentos de saber (CEZAR, 2007, p. 172), o *viajar* era literalmente uma obrigação para sua atividade como diplomata, mas aqui o essencial era a centralidade desse movimento na prática do historiador, evidenciada na confissão de que várias seções da *História geral* provariam as novas aquisições. Para compreender como o ato de viajar ajudava a legitimar a história contada a partir dos documentos compulsados nos arquivos, proponho acompanhar o percurso de Varnhagen em três movimentos, o primeiro é a já citada viagem pelo interior de São Paulo.

## 2. VIAGENS E ANOTAÇÕES NA ESCRITA HISTÓRICA DE VARNHAGEN E LISBOA

Como já exposto, Varnhagen mudou sua visão acerca da temática indígena após a referida viagem, o que confessou anos depois por ocasião da resposta às críticas de João Francisco Lisboa:

Durante os meus primeiros anos de aplicação e de estudos feitos na Europa sobre as nossas cousas, confesso que não tinha eu acerca do carácter dos nossos índios nenhuma ideia segura, ou para melhor dizer, achava-me acerca deles todos sob a impressão da carta do Pero Vaz de Caminha, que quase chegava a invejar a inocência dos Tupiniquins encontrados por Cabral em Porto Seguro; e sob essa impressão escrevi algumas linhas da “Crônica do descobrimento do Brasil” que publicou o Panorama em princípios de 1840.

Porém pouco depois, nos fins desse mesmo ano, perdi repentinamente todas as ilusões poéticas em que a respeito dos mesmos índios estava, e comecei a meditar e a pensar muito mais séria e positivamente acerca deles. (VARNHAGEN, 1867, p. 36)

Impressionado com o que leu, ao adentrar o *mato* que poderia abrigar indígenas escondidos por entre as árvores, Varnhagen disse que andou *deslembrado dos perigos* a que se expunha até que pôs “o ouvido à escuta” e distinguiu sons de pancadas, depois identificou os pios de uma jacutinga que o fizeram “recordar o que antes tinha lido, ou ouvido contar que os índios bravos assobiam imitando esta ave galinácea” (VARNHAGEN, 1841, p. 222-223), cenário que lhe inspirou o receio de ser apanhado com um *chuveiro de frechas*, o que poderia se aplicar nestes casos a um *incauto* viajante. Acionando os sentidos, acabou ouvindo o que cogitou que poderia ser e que não chegou a ver, mas a sensação de um suposto “quase” ataque foi suficiente para imprimir uma imagem definitiva sobre a questão.

Varnhagen não viu indígenas no caminho que tomou pela divisa com a Província do Paraná, todavia presenciou outras paisagens que se interligavam às suas ideias políticas, como a relatada em *A questão da capital: marítima ou no interior?* (1878) quando se esmerou em expor as desvantagens de uma capital marítima e os méritos de mudá-la para uma ponto mais central, intenção que já havia expressado em carta de 1839 a Cunha Barbosa, feito uma defesa mais elaborada no *Memorial orgânico* (1849-1850) e desenvolvido então com mais vagar, acrescido de um componente especial: não se tratava apenas de uma proposta teórica, mas de alguém que esteve in loco, que viu, estudou, mediu e determinou uma localização exata para se construir uma nova capital para abrigar a cabeça do Império. Maturada por décadas, a ideia da transferência da capital para outra paragem – curiosamente, hoje corresponde a uma área próxima à que um século depois se erigiu Brasília – se concretizou em Formosa (Goiás) por um senhor de 61 anos numa missão oficial junto ao Ministério da Agricultura, atravessando estradas ruins, em caminhadas diárias de muitas léguas, numa *penosa viagem* em lombo de mula. A questão da capital era perseguida até em situações que aparentemente não ensejariam tal reflexão como num comentário crítico à localização da capital da União (Estados Unidos), Washington, “um sítio desagradável e fraco” (VARNHAGEN, 2013, p. 153)<sup>2</sup>,

---

<sup>2</sup> Varnhagen defendeu que a capital deveria se transferir para uma cidade como Cincinnati, no vale do Ohio, uma reflexão já aparecida em nota de pé de página da reedição do *Memorial* em 1851 publicado na Revista Guanabara. A *jornada* teve lugar em setembro de 1867, após deixar a chefia da Representação do Império nas Repúblicas do Chile, Peru e Equador sem autorização.

presente em um relato de viagem inacabado e nunca por ele publicado, *Grande jornada a vapor: quinze estados percorridos em 14 dias* (1867).

Ainda pelo interior de São Paulo – mais tarde falou que a ocasião lhe fez ganhar muita *instrução* – o Varnhagen-viajante deu pistas de como esses deslocamentos se imprimiam em sua investigação histórica, como observado em cartas a Cunha Barbosa: examinando o local “de S. Vicente me convenci que Fr. Gaspar não teve razão para sustentar a grande questão a favor da casa de Vimieiro, e as poucas palavras de Pero Lopes me decidirão em sentido contrário”, e arrematou: “Cada vez me convenço mais da minha opinião [...], que nas cartas dos Jesuítas é que se acharão os melhores documentos para as duas primeiras épocas da história moderna do Brasil” (VARNHAGEN, 1961, p. 53)<sup>3</sup>. Na operação historiográfica de Varnhagen, o efeito da presença representava um deslocamento importante, de modo que a ação de lavrar um auto com testemunhas sobre a observação que fizera (para efeito de necessidade futura) apontava para o entendimento de sua própria experiência como fator legitimador do que escrevia. Nesse âmbito, chegou a declarar que era falsa a afirmação de Aires de Casal sobre um padrão inscrito numa rocha na região de Cananéia (VARNHAGEN, 1961, p. 61)<sup>4</sup>. Ele viu com os próprios olhos, como recomendou Karl von Martius.

Se as recompensas se ganhavam com o *suor do rosto*, não menos cansativos foram os anos andando de um lado para o outro, investigando, copiando, coligindo, anotando, preparando sua obra por arquivos e bibliotecas da Europa e da América do Sul. Este terceiro movimento do Varnhagen-historiador-viajante se dava a ver na prestação de contas sobre o trabalho que realizava oferecidas principalmente ao primeiro-secretário do Instituto, como na carta datada de Curitiba, 16 de dezembro de 1840, quando informou que nos “arquivos das vilas em que tenho estado procurei colher todos os apontamentos que me possam servir não só para a notícia das suas famílias, como algumas notas para a História Geral” (VARNHAGEN, 1961, p. 59). Anos depois,

---

Não foi punido pela indisciplina, mas nomeado para uma Corte europeia como era de seu desejo. O manuscrito inédito foi encontrado por Lucia Guimarães em 2005 na coleção pessoal do historiador, no Arquivo Histórico do Itamaraty.

<sup>3</sup> Carta de 20/10/1840.

<sup>4</sup> Carta de 06/01/1841.

novamente em Portugal, comunicou sua rotina: o tempo da manhã até às quatro horas estava “todo dividido entre a Legação (onde agora sirvo de secretário) e a Torre do Tombo, onde me vai aparecendo tanta coisa, que não devo fazer mais do que copiar e andar para diante” (VARNHAGEN, 1961, p. 103)<sup>5</sup>. E se Varnhagen “tudo viu, tudo examinou” (ABREU, 1931, p. 127), a construção da *História geral* não poderia ter base outra senão a pesquisa arquivística, aliada à observação in loco.

A sentença de Capistrano de Abreu se aplicava também à escrita de outra obra. *A História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654* (1871) se beneficiou do uso da autópsia. Princípio atuante desde a historiografia antiga, permaneceu como demanda na historiografia oitocentista, em que se postula a visão como fundamento epistemológico do ato de pesquisar, consistindo em um trabalho intelectual que requeria “conhecimento anterior e constante interlocução entre a inatualidade pretérita e o presente” (CEZAR, 2018, p. 57). O “ver” aqui produzia um saber histórico, de modo a viagem se apresentar como instrumento de checagem, de autoridade, fazendo ver e crer por enfatizar que “esteve lá”. Pelo interior de São Paulo em 1841, declarou que “Em Santos procurei com Fr. Gaspar à vista examinar as localidades e inscrições” (VARNHAGEN, 1961, p. 53); partindo para a Venezuela em 1861 com o intuito de assumir o posto de Ministro Residente, demorou-se na viagem passando por diversos países e nesse itinerário registrou: “na Bahia fui a Cachoeira, e daí por terra a Santo Amaro, e de S. Francisco por terra à Bahia, sempre com o Gabriel Soares na mão” (VARNHAGEN, 1961, p. 280)<sup>6</sup>. Aqui, Varnhagen realizava a viagem de outrem, olhava pelos olhos de outrem, exercitando o olhar comparativo entre o que ele estava vendo e o que outro já havia visto. Segundo Nicolazzi (2008, p. 236-253), “os viajantes, jesuítas e cronistas, que propiciam bases sólidas para a representação do passado; conferem a ela legitimidade e respaldo empírico: a autoridade que autoriza o relato”, o que não excluía a possibilidade do falso olhar que engendra o erro, por isso era recomendado que os relatos fossem complementados por outro material.

Dentro desta ótica, Varnhagen externou um desejo no Tomo I da *História*

---

<sup>5</sup> Carta de 14/03/1843.

<sup>6</sup> Além de Venezuela, seria responsável pelas legações de Colômbia e Equador.

geral do Brasil (1854):

[...] e se algum dia a sorte nos guiar os passos às províncias de Pernambuco e Alagoas, de modo que as possamos por algum tempo percorrer em todos os sentidos, e *ver por nossos próprios olhos o teatro desta prolongada guerra*, e estudar os antigos campos de batalha, e compulsar os arquivos ou cartórios públicos e particulares das duas províncias, talvez que empreendamos tratar o assunto com mais extensão em uma história especial, que em tal caso chamaríamos da guerra dos vinte e quatro anos. (VARNHAGEN, 1854, p. 361. Grifo meu)

A *história especial* a que se referiu veio a lume anos depois na *História das lutas com os holandeses...* (1871), publicada num contexto particular do Império, o da Guerra do Paraguai (1864-1870). Os passos da investigação aliava a viagem ao método, o que ficou evidenciado nos excertos seguintes pertencentes ao *Prefácio* do livro:

Se bem que havíamos curiosamente estudado os arredores do Recife até Itamaracá e Igarassu, de um lado, e até os Guararapes e o monte das Tabocas, de outro, o que tínhamos visitado, com a devida curiosidade, as capitais do Maranhão, do Ceará, do Rio-Grande, da Paraíba, das Alagoas e da Bahia, e suas imediações, não pensávamos começar a redigir o livro projetado, sem examinar antes todos os postos e percorrer todos os caminhos, onde, por seus patrióticos feitos, se imortalizaram os quatro heróis brasileiros, anti-holandeses, Vidal, Barbalho, Camarão e Dias. (VARNHAGEN, 1871, p. V-VI)

E seguiu explicando o que o levou a apressar a edição da obra:

Achávamo-nos, por motivos do serviço público, no Rio de Janeiro, e acidentalmente em Petrópolis, e ainda estava por decidir a titânica luta que o Brasil susteve no Paraguai, e nem sequer as armas aliadas haviam vencido o Humaitá, e éramos testemunhas dos desfalecimentos de alguns, quando, com o assentimento de vários amigos, nos pareceu que não deixaria de concorrer a acoraçoar os que já se queixavam de uma guerra de mais de dois anos, o avivar-lhes a lembrança, apresentando-lhes, de uma forma conveniente, o exemplo de outra mais antiga, em que o próprio Brasil, ainda então insignificante colônia, havia lutado, durante vinte e quatro anos, sem descanso, e por fim vencido, contra uma das nações naquele tempo mais guerreiras da Europa. (VARNHAGEN, 1871, p. VI)

O pagamento da dívida contraída dezessete anos antes contou com uma

conjunção de elementos que, no fim, apontavam para a prática historiográfica do autor, cujas linhas gerais venho expondo. Sentir-se “autorizado” a empreender a escrita da história do conflito com os holandeses apenas após *examinar todos os postos e percorrer todos os caminhos* atravessados por aqueles a quem creditava o sucesso da então *insignificante colônia* indicava que na operação de Varnhagen o “olho bom é aquele que vai além do mero olhar contemplativo, é aquele que interpreta e explica” (VARNHAGEN, 2008, p. 254), pois vendo os campos onde se deu o teatro da guerra melhor saberia transpor para a narrativa, efeito necessário àquele momento em que, atropelado pelos eventos, julgava-se capacitado a inspirar os novos combatentes, num outro espaço e temporalidade, mas como que ligados por uma experiência comum da defesa nacional. Recordando, Varnhagen identificava o nascimento da nacionalidade brasileira no Arraial de Bom Jesus diante dos holandeses.

Estudar os arredores de Recife, Itamaracá, Igarassu e Guararapes era importante não só para favorecer certo ordenamento da paisagem, mas também para captar outro recurso da escrita, o “tom local” de que falou von Martius. Conforme Cezar, a cor local é um recurso narrativo cujas primeiras teorizações se deram no contexto do romantismo e do romance histórico – derivada da técnica pictorial do século XVII e associada às metáforas oriundas da pintura, do desenho e da paisagem – utilizada como estratégia de representação da história (CEZAR, 2004, p. 19-21). Quando Varnhagen acreditou que a narração sobre um conflito anterior teria condições de avivar as lembranças de uma vitória improvável no ânimo das tropas que então se deslocavam pelo Paraguai, ele empregava a cor local na sua escrita como um instrumento de organização temporal, contatando o presente dos combatentes com o passado, fazendo da descrição parte essencial da explicação. Nesse sentido, a cor local permitiria ver e até sentir.

A cor local aparecia como elemento de comprovação da escrita histórica (estimulando a imaginação do leitor se construiria a ideia de verdade do texto), e no caso de historiadores oitocentistas como Varnhagen, o recurso auxiliava na conformação de uma fisionomia para a nação, delimitando traços que caracterizariam o Império e conectando tempo e espaço, vetores fundamentais para o discurso da homogeneidade nacional (CARDOSO, 2012, p. 23-80). Uma

homogeneidade que procurou expressar na defesa da *nação compacta* no *Memorial orgânico*, nas descrições que compunha quadros na *História geral*, em estudos sobre a temática indígena e no *Florilégio da poesia brasileira* (1850), ao vincular o critério de escolha dos poemas associando a nacionalidade brasileira ao que havia de *mais americano*, valorizando a descrição da natureza, aspecto que promovia por consequência uma apreensão do espaço, o conhecimento e definição do território ocupado pela nação. Por esse prisma, a cor local se tornava uma condição para a americanidade, ou como mais tarde ficou famoso no texto de Machado de Assis, para o “instinto de nacionalidade”.

Veja-se o seguinte trecho da *História geral do Brasil* em que se observa a presença da cor local:

A *pintura* que fizemos dessas gentes, que mais ou menos errantes disfrutavam, sem os benefícios da paz nem da cultura do espírito, do fértil e formoso solo do Brasil, - antes que outras mais civilizadas as viessem a substituir, conquistando-as e cruzando-se com elas, e com outras trazidas d'além dos mares pela cobiça, essa *pintura*, dizemos bem pouco lisonjeira é na verdade. À vista do esboço que fizemos, sem nada carregar as *cores*, não sabemos como haja ainda poetas, e até filósofos, que vejam no estado selvagem a maior felicidade do homem. (VARNHAGEN, 1854, p. 133)

O uso das expressões *pintura* e *cores* fazia parte do que se pode chamar de “retórica pictórica” – um conjunto de expressões, termos que remetem à pintura ou à picturalidade como desenho, quadro, retrato – um componente da escrita histórica no século XIX que revelava o recurso narrativo da cor local utilizado como estratégia para representar o passado. Assim, acompanhava a sugestão de Cunha Barbosa para quem a história seria incompleta se não colocasse “os fatos no teatro em que se passaram, para que melhores se apreciem pela confrontação de muitas e poderosas circunstâncias que desembarquem a inteligência dos leitores”, ressuscitando a “vida do passado, e que nos faz ser presentes ao espetáculo animado das gerações sepultadas” (BARBOSA, 1839, p. 12-13). Em Varnhagen e Cunha Barbosa a metáfora teatral contribuía para fazer “ver” o passado.

Ainda atento à fórmula pela qual “Vista faz fé” (VARNHAGEN, 1867, p. 36), o Varnhagen-viajante foi leitor e editor de relatos de viajantes, tendo na

presença do autor no local sobre o qual escreveu um aspecto importante para a confiabilidade, embora esse fator nem sempre garantisse sua avaliação positiva. Varnhagen, que foi também autor de relatos de viagem como os citados *A picada do mato virgem...* e *Grande jornada a vapor...*, elaborou uma narração romanceada a partir de um relato, a *Crônica do descobrimento do Brasil*. Se o percurso de um relato de viagem diz muito sobre o percurso de outros relatos (CEZAR, 2010, p. 30), pode-se inferir que Varnhagen colou seu narrador ao texto da Carta de Caminha, travando um diálogo com interlocutores privilegiados que se desdobrasse não apenas na descrição da viagem, da natureza, do primeiro contato com os indígenas, mas na fixação de um ponto de vista histórico, uma “mirada histórica”, colocando o narrador-historiador na posição de “regulador” de testemunhos (SÜSSEKIND, 1990, p. 186-198), uma posição direcionada para a figura do historiador-juiz.

Historiador-viajante, usou relatos de viajantes-cronistas como referências para sua escrita. Ele mesmo estreou no mundo das letras com as edições críticas do “Tratado descritivo do Brasil em 1587” de Gabriel Soares de Sousa (as *Reflexões críticas sobre um escrito do século XVI*, 1839) e *Diário da navegação da armada de Pero Lopes de Sousa* (também de 1839), uma determinada forma de escrita histórica feita por meio de notas explicativas, no rodapé ou no final do texto, conformando um texto novo. Em ambas, bem como na *História geral*, abundou o anseio por uma “presentificação”, e para ver o passado recorria a quem o viu. O emprego da fala dos viajantes do século XVI no primeiro Tomo da obra funcionaram principalmente para corroborar e/ou fortalecer os argumentos apresentados sobre questões como as populações indígenas. No caso das línguas, afirmou que elas falavam dialetos idênticos e, em geral, autodenominavam-se quase sempre como Tupinambá, no que acionou informações de viajantes acerca de diferentes pontos da antiga colônia no rodapé da página para confirmar: Claude d’Abbeville relatou tal fato no Maranhão; Berredo citou com relação ao Amazonas, Pará e Tocantins; Gabriel Soares na Bahia; e Hans Staden, Laet e André Thevet no Rio de Janeiro. Ainda que pontuasse nos *Breves comentários à precedente obra de Gabriel Soares* que o início do “Tratado descritivo” continha erros na parte histórica, o que relevava pelo fato do autor só ter escrito muitos anos depois dos sucessos que

narrou, o autor que mais apreciava era Soares de Sousa: “Como produção literária, a obra de Soares é seguramente o escrito mais original, mais produto do próprio exame, observação e pensar, e até diremos mais enciclopédico da literatura portuguesa nesse período” (VARNHAGEN, 1854, p. 294), ninguém melhor que ele havia se ocupado da Bahia.

Soares de Sousa esteve entre as autoridades na história colonial acionadas pelo historiador maranhense João Francisco Lisboa nos *Apontamentos, notícias e observações para servirem à História do Maranhão* (1853-1858), também para ele as descrições de quem viu os sucessos pessoalmente era importante instrumento para presentificar o passado que ele não presenciou pessoalmente, e compreendia que quanto mais próxima a narração estava dos eventos descritos, mais autêntica seria. Nos primeiros números do periódico, os viajantes foram consultados com mais frequência para informações sobre as condições da região que seria mais tarde a Província do Maranhão à época da chegada dos europeus, os primeiros tempos da colonização, os costumes indígenas. Sobre este último:

Quem quiser ter dados positivos sobre as antigas usanças dos tupinambás, já não poderá hesitar, pois há de necessariamente, e em primeiro lugar ir beber nas fontes alemãs e francesas, isto é, em Hans Staden, Léry, Claudio d’Abbeville e Ivo d’Evreux. O primeiro, que foi prisioneiro dos selvagens durante nove meses, e teve sempre a morte diante dos olhos, assistiu aos festins dos guerreiros antropófagos, em que esteve a pique de figurar como vítima, e observou muitos dos seus usos; os outros eram refugiados ou missionários, que se meteram com os índios ou para pedir-lhes asilo, ou para convertê-los. Ao cabo de alguns anos, sujeita Léry a Hans Staden a uma espécie de contraste, e acha a sua exatidão admirável.

Ao testemunho destes autores juntaremos o de um português que viveu dezessete anos no Brasil. Por mais estranhos que pareçam certos fatos, especialmente os que dizem respeito à antropofagia, não é possível contudo pô-los em dúvida, ou controvertê-los. (VARNHAGEN, 1854, p. 467-468)

A preferência pelos alemães e franceses se justificava pelo testemunho de primeiro grau que personagens como Léry e Staden ofereciam e como no teste do tempo um reforçava a confiabilidade do relato do outro, levando-o a declarar que de tais testemunhos era escusado duvidar. Noutras ocasiões reunia

informações de um autor com outro para especular sobre uma questão: se Soares de Sousa afirmou no “Roteiro geral” (primeira parte do “Tratado descritivo”) que os Tupinambás que passaram à ilha de Itaparica povoaram as margens do rio Jaguaribe e a costa de Ilhéus, era provável que tivessem ido até o Rio de Janeiro, onde Léry os encontrou em 1555, vivendo com eles. A escrita de Soares de Sousa aparecia como fator positivo, nada devedora dos escritores modernos, pois dava mais vida a tudo que “narra e pinta”. O mesmo não sucedia com cronistas como Berredo que, embora fonte crucial dos *Apontamentos...* em que disse ter acreditado quase sem restrições no *escrúpulo* e *consciência* com que escrevia, reclamou do fato dele desfigurar a história com *pedantismo* e *afetação*, no que até acionou o Sr. Varnhagen, que o qualificou “de justo, reto, grave, consciencioso, e sobretudo caridoso – mas também de enganoso e falaz, pela afetação” (LISBOA, 1865, p. 543).

As imprecisões que rondavam datas e números relativos às expedições ao Maranhão também afetavam a confiança em tal ou tal autor, por isso contestou os trabalhos de Severim de Faria e do coronel Lago quanto ao momento em que se deu a expedição de Luiz de Mello da Silva. Quem lhe pareceu mais acertado foi Varnhagen ao assinalar o ano da expedição em 1554 nos comentários ao “Roteiro geral”. A autoridade dos comentários de Varnhagen sobre uma notícia dada por Soares de Sousa foi novamente posta em foco no que tangia à extensão da antiga Capitania do Maranhão, pois aquele havia verificado no arquivo da Torre do Tombo que ela compreendia duzentas e vinte e cinco léguas, tratando-se de uma doação mista composta das concedidas a João de Barros, Ayres da Cunha e Fernão Álvares. Mais uma vez, a confiança nos olhos e no relato de quem escreveu sobre os primórdios da futura Província do Maranhão não dispensava o cotejo com outros e uma documentação correspondente.

Ao extrair longos trechos de contemporâneos ao que narravam, João Lisboa assegurava que o autor viu aquilo que relatou, problematizando o ato da visão como que numa tarefa de segunda pessoa, já que essas descrições foram colhidas declaradamente em viajantes, outros autores. O critério das escolhas não foi informado aos leitores, o que indicava que seu próprio juízo crítico deveria ser suficiente para que fosse aceito como verossímil, mais verdadeiro possível

(*probabilidade histórica*), inclusive assumindo a responsabilidade: pareciam fatos estranhos, mas não era *possível pô-los em dúvida*. Ele que admitiu em outros momentos que a suposição era plausível, porém em determinados pontos (emigrações indígenas, por exemplo) valia duvidar pela impossibilidade de averiguação. A validade de determinados relatos passava pelas falhas e descrenças que outros inspiravam, não se sustentando na comparação ou na verificação documental, que atuava como complemento decisivo. Como sublinhado, “ver não é, de saída, saber. É ainda necessário o trabalho do historiador” (HARTOG, 2013, p. 80).

Num texto em que talvez pudesse ser mais flexível – o que não significava menos comprometido com a verdade – na abordagem do conteúdo do que nos *Apontamentos...*, nos números em que tratou das *Eleições na Antiguidade, eleições na Idade Média, eleições na Roma Católica, Inglaterra, Estados Unidos, França, Turquia* (*Jornal de Tímon*, 1852) estimulou o leitor a imaginar as cenas que pintava como em: “Todo o fiel católico, se não mesmo todo o infiel, sabe que indo Jesus Cristo à testa de um grupo, composto dos apóstolos e mais discípulos, por uma via estreita (os evangelhos não o dizem, mas figura-se-me que seria como o beco de São João)” (LISBOA, 1864, p. 102). Obviamente que não viu a situação descrita, coisa de séculos atrás, mas essa impossibilidade não o impedia de criar uma imagem visual para o leitor, a qual ele mesmo se responsabilizava pela imaginação se pronunciando na primeira pessoa. Primeiro recorreu a um dado amplamente conhecido e depois solicitou ao público que lhe acompanhasse quase que intuitivamente numa ação que dispensava até a confirmação pelos evangelhos. Mobilizando esses recursos para “ressuscitar” o passado, historiador e leitor respondiam à demanda de visualização, João Lisboa (como Varnhagen) se colocava ao alcance do leitor e o fazia “ver”, demonstrando que a história escrita é também uma história lida e o ato da leitura é parte do que se pode chamar de conhecimento histórico (NICOLAZZI, 2010, p. 544-545).

Desse modo, delineava aquilo que já havia dito ser o fim primário do seu trabalho no *Jornal de Tímon* (1852-1858), a pintura de *nossos costumes políticos*. Pintura que fez em *Partidos e eleições no Maranhão* (1853) nas minuciosas descrições do antigo e novo Presidente de Província e das lideranças

políticas locais. E nesta cena do folhetim *A festa de N. S. dos Remédios* (1851):

Entremos na igreja. É pequenina, e está principalmente atulhada de pretas e mulatas; as brancas, as senhoras, a gente do grande tom, essa ocupa as tribunas, as janelas, e até os púlpitos que das salinhas assombradas, que estão ao lado da igreja, deitam para o interior dela. Nestas salinhas há mais fresco, e melhor companhia, e o espírito mais bem disposto, pode melhor entregar-se à devoção e as meditações religiosas..... No interior, a luz das lâmpadas, das placas, e de infindos círios do trono do altíssimo inundam o templo de luz e de calor; o hálito de tanta gente ali opressa e apertada o centuplica, e torna insuportável. (VARNHAGEN, 1865, p. 545)

Ou em outro folhetim, *Teatro S. Luís* (1852), em que detalha com zelo o interior do prédio para a apreciação (e imaginação) do leitor do jornal por ele ora editado, o *Publicador Maranhense*:

Fundo branco em geral, nos tetos e caixas dos camarotes, e fundo azul celeste nas pilastras do arco do proscênio, mas tudo soberbamente esmaltado e matizado com moldura de ouro, festões e carrancas de bronze, arabescos e baixo relevo, que suspendem, alegrem e encantam. (VARNHAGEN, 1865, p. 603)

Não há registros de maiores deslocamentos de Lisboa, suas “andanças” parecem ter se dado mais pela experiência no jornalismo e na política partidária da província. Mas a viagem pela Europa em 1856 – momento classificado por Janotti como uma segunda fase da obra historiográfica do autor – marcou a reorientação em relação a temáticas como a dos indígenas em virtude do contato com documentação que não teve acesso no Maranhão. Examinando especialmente os arquivos e bibliotecas de Lisboa e Évora, discorreu sobre os planos para a *Vida do Padre Antônio Vieira*, biografia do jesuíta escrita entre 1858 e 1863 e publicada postumamente, e anotou que ela se beneficiaria dos muitos e *novos e numerosos subsídios* que antes faltava e ora possuía, o mesmo se dava com outros episódios da história colonial que a cada passo se deparava como o do Bequimão.

Também nas cartas remetidas por ele a Varnhagen e publicadas por este no livro *Os índios bravos e o Sr. Lisboa* (1867) é possível reconhecer a importância da investigação feita em Portugal a serviço do IHGB, em diversas passagens relatou suas visitas aos arquivos e bibliotecas. Na Torre de Tombo,

projetava que o trabalho seria *grande* (carta de 18/10/1856), diferente da Biblioteca de S. Francisco, que lamentou ser *pobre* e *vasculhada* como as outras (carta de 26/10/1856). Em outras cartas informou ter encontrado um volume de registros de todas as ordens e cartas régias expedidas sobre sesmarias na Capitania de São Paulo (carta de 18/10/1856), e na busca por documentação inédita acerca do Brasil, pediu a opinião do colega sobre como ele faria o trabalho no Conselho Ultramarino caso fosse o titular da comissão (carta de 21/10/1856), mais tarde confessou estar muito satisfeito com o que examinava (carta de 30/10/1856), pois acreditava que neste arquivo estava a coleção mais “completa e não explorada de documentos sobre o Brasil desde 1753 até 1808, como não existe no Brasil, nem existirá jamais reunidos” (VARNHAGEN, 1867, p. 85)<sup>7</sup>, disse desejar se enterrar na poeira daquela repartição. O arquivo do Conselho Ultramarino era importante também para checar/confirmar suspeitas que tinha a respeito de pontos da história do Maranhão (carta de 09/04/1857), preocupação que foi pincelada ao longo das 26 cartas extratadas por Varnhagen: que manuscrito, códice, poderia interessar ao conhecimento da história da província?

Com movimentos mais limitados pelos problemas de saúde que podiam piorar dependendo do clima, o cuidado da família e o próprio trabalho para o qual foi designado, Lisboa passou brevemente por Portugal, depois seguiu para visitar França, Inglaterra, Bélgica, Itália e Espanha até se estabelecer na capital portuguesa. Desde lá, nunca esqueceu o lado de cá, e frequentemente perguntava aos amigos pelas *coisas* maranhenses. Tão logo assumiu a comissão, comunicou ao amigo Antônio Henriques Leal que nos montões de papéis que encontrava e encaminhava para os amanuenses copiarem já ia “tirando partido desta posição para ir aprontando e contratando o que me convém em particular e o respeito ao Maranhão” (Apud NISKIER, 2012, p. 59)<sup>8</sup>. De longe, observava o Brasil no microscópio da província.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

<sup>7</sup> Carta de 08/11/1856.

<sup>8</sup> Carta de 12/10/1856.

A experiência da viagem operava, por fim, uma (re)educação do olhar. Se João Lisboa em Portugal se reconciliou com o Maranhão, no caminho inverso, em sua volta ao Brasil Varnhagen anotou (não sem alguma contrariedade) em carta a Cunha Rivara a impressão que teve ao desembarcar no Rio de Janeiro: “A cidade em si é puramente Europeia; e até o é demais, pois quanto a mim devia ser menos servil à arquitetura das casas e mais acomodada ao clima e às riquíssimas madeiras da América”, concluindo que na Corte “As sociedades são de todo à europeia” (VARNHAGEN, 1961, p. 51-52)<sup>9</sup>. Narrando para o amigo as sensações ao ver o mar, a entrada na baía rodeada de morros de granito e a cidade, lamentou que a mesma arremedava o Velho Mundo mesmo estando no Novo, provavelmente esperava encontrar a tal *cor mais americana* de que falaria mais tarde no *Ensaio histórico sobre as letras no Brasil* (1847, publicado em 1850 como prefácio ao Tomo I do *Florilégio da poesia brasileira*). Comportava-se, assim, como um “destemido bandeirante”, na formulação de Capistrano de Abreu. E como João Lisboa na nova realidade de encarregado do IHGB, trabalho de investigação não faltava nos arquivos.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. Necrológio do Visconde de Porto Seguro. In: ABREU, Capistrano de. **Ensaio e Estudos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931.

BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso de inauguração do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO I, 1839.

CARDOSO, Eduardo Wright. **A cor local e a escrita da história no século XIX: o uso da retórica pictórica na historiografia nacional**. 187f. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, 2012.

CEZAR, Temístocles. Narrativa, cor local e ciência. Notas para um debate sobre o conhecimento histórico do século XIX. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 8, n. 10, p. 11-34, 2004.

CEZAR, Temístocles. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p.159-207, jul./dez. 2007.

CEZAR, Temístocles. Entre antigos e modernos: a escrita da história em

---

<sup>9</sup> Carta a Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara de 20/08/1840.

Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem. **Almanack Braziliense**, São Paulo, n. 11, p. 26-33, mai. 2010.

CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX**: o caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

HARTOG, François. **Evidência da história**: o que os historiadores veem. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. I. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1864.

LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. III. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865.

LISBOA, João Francisco. **Obras de João Francisco Lisboa**. v. IV. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1865.

NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história**: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. 414f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. Como se deve escrever a história do Brasil. **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 381-403, jan./mar. 1845.

NICOLAZZI, Fernando. Como se deve ler a história? Leitura e legitimação na historiografia moderna. **Varia historia**, Belo Horizonte, v. 26, n. 44, jul./dez., 2010.

NISKIER, Arnaldo. **João Francisco Lisboa**: o timon maranhense. Brasília: Senado Federal, 2012.

PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil? **RIHGB**, Rio de Janeiro, TOMO III, n. 10, p. 149-157, 1841.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. A picada do mato virgem: fragmento d'uma viagem ao sertão. **O Panorama, Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis**, Lisboa, Tipografia da Sociedade, TOMO 5, p. 221-223, jul. 1841.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil**. TOMO I. Madri: Imp. da V. de Dominguez, 1854.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Os índios bravos e o Sr. Lisboa, Timon 3º**. Apostila e nota G aos nº 11 e 12 do “Jornal de Timon”; contendo 26 cartas inéditas do jornalista, e um extrato do folheto “Diatrise contra a timonice”. Lima: Imprensa Liberal, 1867.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História das lutas com os holandeses no Brasil desde 1624 a 1654**. Viena: Imp. de Carlos Finsterback, 1871.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Correspondência ativa**. Rio de Janeiro: INL, 1961.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Grande jornada a vapor: quinze estados percorridos em 14 dias. In: GLEZER, Raquel; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Varnhagen no caleidoscópio**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013.

**Recebido em: 18-09-2024**

**Aprovado para publicação em: 07-06-2025**